

Cauma analisa áreas públicas no DF

Cauma

Luís Cláudio Alves

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) se reúne extraordinariamente sexta-feira a partir das 9h, para analisar exclusivamente a questão da ocupação de áreas públicas no DF. Vão ser discutidos todos os tipos de utilização destes espaços, desde as invasões promovidas em residências e comércios até a ociosidade de espaços públicos. Mas a grande polêmica promete ser mesmo a discussão sobre as invasões de áreas públicas.

A reunião foi convocada pelo governador Joaquim Roriz para tratar especificamente deste assunto, o que gerou grandes expectativas entre comerciantes e associações de moradores que querem uma solução rápida para o problema. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Urbano, Newton de Castro, a reunião terá como base o relatório de uma comissão de membros do Cauma que analisou exaustivamente o assunto.

A comissão foi formada no dia 14 de março deste ano com o objetivo de centralizar todas as propostas existentes na esfera do GDF sobre a ocupação irregular de áreas públicas. Em quase seis meses de trabalho, a comissão realizou um levantamento de todos os tipos de invasões que ocorrem na cidade. "No relatório, os membros da comissão apresentam algumas sugestões de medidas que poderiam ser tomadas para resolver determinados casos, além de identificar exemplos de ocupação irregular que devem ser repelidos", adiantou Newton de Castro.

A invasão de área pública vem sendo analisada pelo Cauma há mais de dois anos e até agora não se conseguiu chegar a nenhuma medida que resolvesse o problema. Essa demora do Cauma na definição de regras para ocupação de espaços públicos está permitindo que particulares, proprietários de lojas, bares e restaurantes, especialmente nas superquadras das Asas Sul e Norte, promovam impunemente invasões. Apostando na impunidade e cada vez mais audacio-

sos, alguns chegam a triplicar o tamanho de seus estabelecimentos ou residências.

Agilidade — O governador Roriz está preocupado com a onda de invasões na cidade e determinou ao secretário de Desenvolvimento Urbano maior agilidade na solução deste assunto. Por conta dessa orientação do governador, a reunião de amanhã do Cauma promete ser decisiva. Os 23 conselheiros que compõem o Cauma representam diversos setores da sociedade, portanto qualquer decisão que venha a ser tomada contará, teoricamente, com o apoio das partes envolvidas.

Mas mesmo que o Cauma resolva rapidamente esta questão, na prática o problema ainda levará algum tempo para ser solucionado. É que, conforme explicou Castro, o Cauma funciona apenas como um conselho consultivo. "Qualquer medida que seja apontada pelos conselheiros e que implique em reformulações no Código de Edificações e Postura da cidade terá que ser submetida a apreciação da Câmara Legislativa".

Caminhos — Segundo Castro, já existem alguns caminhos mais ou menos consensuais para determinados casos de ocupação indevida de áreas públicas. "Nas satélites, por exemplo, é provável que se permita a ampliação dos lotes residenciais para a construção de grades de segurança. Isso também deve acontecer nos Lagos Sul e Norte. Mas nesses casos, o interessado teria que pagar ao GDF uma quantia pela área".

No caso das entrequadras comerciais, o secretário reconhece que o tamanho das lojas, 35 metros quadrados, é pequeno para os padrões atuais. Para ele, a tendência deve ser a autorização da ocupação de áreas públicas, mediante indenização ao GDF, de forma ordenada e seguindo um mesmo padrão. "Terá que se levar em conta ainda o tombamento do Plano Piloto e a preservação das características originais dessas entrequadras". Castro informou que a estrutura de fiscalização também deverá ser ampliada para evitar o surgimento de novas ocupações irregulares.

RONALDO DE OLIVEIRA



A demora do Cauma em definir regras para a ocupação de espaços públicos está permitindo que as invasões aumentem a cada dia